

## **35 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT 03 – CONFLITOS AMBIENTAIS, TERRA E TERRITÓRIO –  
estratégias de resistência e construção de direitos**

**A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos  
recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose**

**Maristela de Paula Andrade**

**Antropóloga, PPPGCS/UFMA**

**E mail - maristela.depaulaandrade@gmail.com**

A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose

## **RESUMO**

Uma das modalidades da atual expropriação camponesa no Maranhão, no Nordeste do Brasil, é o cercamento de terras de usufruto comum, alcançadas pela soja e o eucalipto, atingindo posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, quilombolas e herdeiros de terras sem partilha. Tais plantios avançam extinguindo a cobertura florestal nativa, recursos hídricos e animais, apagando sistemas de conhecimento nativo e comprometendo a articulação entre agricultura, extrativismo e pequena criação camponesa. O artigo discute a expansão do agronegócio, em detrimento da preservação do cerrado e da reprodução da agricultura camponesa na região, apontando a ação empresarial na região, o caráter e os móveis dos conflitos socioambientais aí registrados.

**Palavras chave** – agronegócio; economia camponesa; conflitos socioambientais; sojicultura; eucalipto

## **APRESENTAÇÃO**

Este artigo representa uma primeira reflexão, a partir de dados de pesquisa de campo<sup>1</sup>, sobre processos sociais e ambientais envolvendo grupos camponeses na região conhecida genericamente como Baixo Parnaíba Maranhense, estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. Inicialmente, o projeto propunha a reflexão sobre a expansão da soja e a conseqüente crise ecológica (Wolf, 1984, p. 386) que se abate sobre grupos camponeses da região, com a transformação de suas áreas de cultivo e de extrativismo em extensos e homogêneos *campos agrícolas*, onde são plantados soja e eucalipto para fins industriais. Com o andamento do trabalho de campo, e a partir de discussões com especialistas do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –, da SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão –, assim como com a Procuradoria da República no Maranhão, ampliou-se o foco do estudo também para os impactos provocados pelo plantio de eucalipto para esses

grupos. No momento, prossegue o trabalho de classificação e sistematização das informações empíricas, porém algumas considerações já podem ser realizadas, a partir da observação *in loco* e das entrevistas com informantes, acerca dos vários gêneros de violência que se abatem sobre esses grupos, assim como sobre alguns processos de resistência camponesa, conforme se tentará neste artigo.

Paralelamente à pesquisa envolvendo a pesquisadora e estudantes de graduação<sup>2</sup> e que procura atender os requisitos da produção intelectual e da formação de alunos, vem sendo realizado, a partir de demanda de uma organização da sociedade civil intitulada *Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense*, pela mesma equipe, levantamento de situações localizadas, atinentes aos dramas sociais e ambientais vividos por grupos camponeses que ocupam tais *terras tradicionais* (ALMEIDA, 2006). São agricultores, pequenos criadores de animais, pescadores, extrativistas, artesãos, de centenas de povoados, localizados em dezenas de municípios, expropriados dos territórios que ocupam há dois séculos ou mais, pelos atuais empreendimentos econômicos voltados à implantação da soja e do eucalipto, seja pelas mãos dos chamados *gaúchos*<sup>3</sup> ou por empresas como a Suzano Papel e Celulose, que os entrevistados denominam de “Suzana”.

Procurando exercitar os princípios de uma *sociologia pública* (BURAWOY, 2008) e de uma *antropologia implicada* (ALBERT, 1995) aceitou-se a demanda da realização de levantamento emergencial junto aos grupos premidos pela devastação e cercamento (ainda que sem cercas, já que os chamados *gaúchos* e empresas não cercam seus plantios) de extensas áreas, antes apropriadas e manejadas para o exercício de atividades econômicas típicas de um modo de vida camponês nessa região. Assim, se tem procurado atingir os objetivos da *sociologia pública*, tanto no tocante ao tratamento do nosso primeiro público – os estudantes – como estabelecendo laços diretos de interlocução com agentes sociais que se mobilizam contra o estado de anarquia fundiária e a legitimação e/ou a omissão, de parte dos órgãos competentes, relativas à devastação de recursos ambientais na região em questão. São agentes religiosos, sindicais e/ou pertencentes a entidades da sociedade civil, que rejeitam as violências contra famílias camponesas da região, num quadro de tensão social relacionado diretamente à supressão da cobertura florestal original, característica do cerrado. Integram movimentos contra a substituição da floresta nativa por plantios homogêneos, que desequilibram a articulação

camponesa entre áreas de usufruto comum e de apropriação individual/familiar, assim como entre agricultura, pesca, extrativismo, artesanato e pequena criação de animais.

### **A ação empresarial no Leste Maranhense - continuidades e descontinuidades**

A mesorregião Leste Maranhense, tal como classificada pelo IBGE, é constituída por seis microrregiões – Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó, Caxias – porém adota-se neste artigo a expressão *Baixo Parnaíba*, tal como utilizada correntemente, para indicar o conjunto dessas áreas geográficas. Neste artigo, a referência ao *Baixo Parnaíba* diz respeito, especificamente, aos municípios Santa Quitéria, Brejo, Anapurus, Mata Roma, Chapadinha, Buriti, Urbano Santos, São Bernardo e, por vezes, Barreirinhas, no estado do Maranhão.

Algumas dessas microrregiões, estudadas pela autora nos anos 90, já haviam sido caracterizadas como área de influência da atuação de grandes grupos econômicos, como Margusa - Maranhão Gusa S/A e seu braço florestal, na época, a Marflora – Maranhão Reflorestadora Ltda., e a Cia. Suzano de Papel e Celulose (PAULA ANDRADE, 1995).

A Margusa foi fundada em 1991 pelo grupo japonês Yanmar (Yanmar do Brasil S/A), e permaneceu em operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. Em 1996 a empresa foi desativada, permanecendo assim até 1997, quando foi comprada pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. Entrou em funcionamento novamente e assim permaneceu de 1997 a 2003. Em dezembro de 2003 foi adquirida pelo Grupo Gerdau, sendo que sua fábrica de maior capacidade produtiva se localiza em Contagem, Minas Gerais.

A base florestal da Margusa foi montada via plantio de 42 mil hectares de eucalipto, em áreas arrendadas da Comercial Agrícola Paineiras Ltda., subsidiária do Grupo Suzano. A Paineiras iniciou seu projeto florestal no Maranhão na década de 80, tendo adquirido terras em oito municípios do Leste Maranhense, aonde vem realizando experimentos com o gênero *Eucalyptus spp.*<sup>4</sup>. Apesar de as finalidades do empreendimento da Margusa (produção de carvão vegetal a partir da mata nativa) e da Suzano (reflorestamento com eucalipto para fins de produção de celulose) serem distintas, o juiz que julgou a ação civil pública, movida pela Procuradoria Geral da República no Maranhão, entendeu que não havia necessidade de se produzir um novo EIA RIMA para os atuais empreendimentos da segunda empresa.

Estavam claros, no momento em que foram realizados aqueles estudos pela autora, nos anos 90, os procedimentos adotados pela Margusa e Marflora, para obterem terra, matéria prima e mão de obra. Shiraishi Neto (1995, pp. 68-77), realizando levantamento nos Cartórios de Registro de Imóveis das Microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense, demonstra as irregularidades, marcadas por atos fraudulentos, por meio dos quais tais empresas açambarcaram amplas extensões de terra. A autora deste artigo, analisando os chamados “projetos de manejo florestal sustentado”, da então Marflora, apontou as estratégias para obter terra e mão de obra local, nos anos 90 (PAULA ANDRADE, 1995, pp.16-67). Analisa como famílias integrantes de segmentos camponeses, que vinham residindo e realizando suas práticas econômicas (agricultura, pequena criação, pesca e extrativismo) em áreas por eles denominadas de *frentes de terra*, *fundos de terra*, passam a ser expropriadas em nome do que se convencionou chamar, à época, de *desenvolvimento sustentado* e de *manejo sustentado*. Áreas classificadas, de acordo com a taxonomia nativa, como *sobras de terra* e/ou *terras soltas*<sup>5</sup>, entendidas pelas famílias de trabalhadores rurais da região como não passíveis de apropriação privada e, muito menos, merecedoras de atos de registro formal em cartórios de imóveis, passam a ser também açambarcadas, via de regra fraudulentamente, por esses novos agentes sociais interessados na terra.

Passados dezesseis anos, e após a devastadora ação da Marflora, a Suzano Papel e Celulose assumiu aqueles chamados *projetos de manejo florestal sustentado*, pretendendo dar nova destinação à floresta nativa, desta feita derrubando-a totalmente com o auxílio de *correntões*<sup>6</sup> e, em seu lugar, estabelecendo o plantio de eucalipto. Paralelamente, em vários municípios, os chamados *gaúchos* passam também a estabelecer plantios de soja (GASPAR, 2009).

A Suzano passou, portanto, a se estabelecer no Maranhão e Piauí, em áreas não contíguas, mas contínuas em termos do empreendimento econômico, tanto no Leste quanto na chamada *região tocantina*, no Sudoeste do Maranhão. Neste caso, para fins do licenciamento ambiental, há manipulação da descontinuidade geográfica, como se tais regiões limítrofes, nos Maranhão e no Piauí, acrescidas daquela do Sudoeste do Maranhão, devessem ser pensadas separadamente. Assim procede a empresa, e assim entende o juiz que julga as ações movidas pela Procuradoria Geral da República no Maranhão, quando do licenciamento ambiental pela Secretaria Estadual do Meio

Ambiente, apesar das tentativas do Ministério Público em apontar a sinergia entre todos os empreendimentos da Suzano Papel e Celulose nas diferentes áreas dos dois estados.

Por trás da aparente descontinuidade, explícita no emaranhado de razões sociais das empresas que assumem os empreendimentos, registra-se a continuidade de uma modalidade de ação econômica, ancorada numa racionalidade que não prescinde da substituição da floresta original, do extermínio de espécies nativas de fauna e flora, da expropriação de milhares de famílias camponesas. Tais empreendimentos econômicos aparecem nos estudos relativos ao licenciamento ambiental e em outros documentos oficiais como economicamente mais racionais que a pequena agricultura tradicional. A região é percebida pelos planejadores como apresentando o que é entendido como um grande vazio econômico, a ser preenchido pela ação empresarial, enquanto as famílias camponesas e seu modo de vida peculiar, estabelecido ao longo dos últimos séculos na região, são alcançados por essa lógica desenvolvimentista, em nome da qual se apagam do mapa povoados inteiros, recursos hídricos, paisagens, florestas e sistemas de conhecimento. O global, visto como “el espacio, el capital, la história y la capacidad de actuar” vence o local, tido como alinhado ao “lugar, el trabajo y la tradición”(Escobar 2000, p. 170) .

### **A imposição da descontinuidade social na continuidade da natureza**

A região em questão, que se estende do Sul ao Leste do Maranhão, juntamente com toda a faixa que lhe é contígua, do Sudoeste ao Noroeste do Piauí, já foi objeto de distintas classificações político-administrativas e destinada a diferentes apropriações econômicas. Essa extensa área, integrando o bioma cerrado (embora possa ser considerada, em relação a recursos naturais aí existentes, uma área de transição entre cerrado, caatinga e floresta amazônica), já conheceu diferentes conformações em termos de suas fronteiras político-administrativas, assim como integrou distintas unidades de planejamento econômico ao longo do tempo.

O que era pensado como uma extensão contínua, para fins de administração colonial e imperial, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, abrangendo essa extensa faixa de cerrado, foi dando lugar à constituição dos estados do Maranhão, Piauí, Goiás, Tocantins e às divisões que foram se sucedendo ao longo dos anos mais recentes <sup>7</sup>. Gaspar (2009, p.56) chama a atenção para o fato de que, “em 1820, esse território

constituía-se em uma grande área que ligava o Leste ao Sul do Maranhão”, quando essas porções do Maranhão, mais toda a faixa limítrofe do estado do Piauí, eram pensadas como integrando um grande e único território.

A representação desse espaço geográfico, traduzida em termos político administrativos, acompanhava a homogeneidade ecológico-ambiental, observada ainda nos dias atuais. Com o tempo, foi se impondo a descontinuidade social sobre a continuidade da natureza e estabelecendo-se fronteiras político-administrativas. Atualmente, a continuidade desse espaço ecológico-geográfico foi retomada, estabelecendo-se outro tipo de homogeneidade, como se fora outra natureza, com extinção da floresta nativa e dos grupos sociais aí existentes e imposição de grandes extensões de plantio de soja e de eucalipto nessa ampla faixa de cerrado dos estados do Piauí e do Maranhão.

### **A continuidade da ocupação camponesa ao longo de gerações**

Observa-se, por outro lado, uma linha de continuidade no tocante à ocupação camponesa e à homogeneidade sociológica relativa às formas de apropriação e manejo da natureza pelos camponeses nessa região, conforme se tentará demonstrar a seguir.

Para fins de elaboração deste artigo tomaram-se apenas alguns depoimentos <sup>8</sup>, para exemplificar o ponto de vista das famílias já atingidas em anos passados pelas ações da Margusa e hoje alcançadas pelos empreendimentos da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos*, nos municípios de Santa Quitéria e Urbano Santos, no Maranhão.

Uma parte das famílias que hoje reside e cultiva nessas terras, agora cobiçadas pelo agronegócio, é originária de povoamento antigo, de parte de indígenas desaldeados, pretos escravos ou alforriados e mestiços. Outra parte descende de migrantes nordestinos, sobretudo do Ceará e do Piauí, que se dirigiram para a região em fins do século XIX e início do XX (ANDRADE, 1973).

Apesar das distinções no tocante à formação histórica e etnológica dos diferentes grupos que constituem as unidades sociais, distribuídas por diferentes *povoados*, observa-se uma homogeneidade sociológica em termos da economia camponesa, cujo traço principal é a articulação entre agricultura, extrativismo, artesanato, pesca e pequena criação de animais. Tais atividades econômicas são exercidas em áreas de *chapadas*, *carrascos*, *morros*, *baixões* <sup>9</sup> e outros ambientes como lagos, lagoas, córregos, rios,

ancoradas em sistema de conhecimento bastante complexo e de um manejo equilibrado dos recursos dos distintos ecossistemas locais.

A agricultura camponesa se realiza, sobretudo, nas áreas mais úmidas, chamadas pelas famílias de *baixões* e, em alguns povoados, nas próprias *chapadas* – formações florestais típicas do cerrado – em manchas de solo que permitem o cultivo, denominadas *capões e morros*. Esse uso das *chapadas* para atividades de cultivo não tem sido enfatizado pelos autores que se debruçam sobre os sistemas classificatórios da natureza e o sistema de produção agrícola típico desses segmentos camponeses em áreas de cerrado. Tem-se transmitido uma visão um tanto dicotômica do modo de produzir desses grupos, opondo agricultura e extrativismo, áreas úmidas e áreas mais secas. Os dados etnográficos, porém, já nos autorizam a superar ou, ao menos, a relativizar essa visão. Sobretudo após o avanço dos chamados *gaúchos* e da Suzano, encontram-se muitos grupos cultivando em áreas que denominam *capões e morros* e em terrenos pedregosos, como o *carrasco* – outra formação florestal que, segundo as classificações nativas se diferencia do que entendem como *chapada*. Um estudo mais aprofundado sobre essas modalidades de solos e de formações florestais, apropriados e manejados para o cultivo camponês com base em sistemas de classificação próprios, ainda está em curso no âmbito da pesquisa.

As atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais, são exercidas nas *chapadas*. A pesca nas lagoas, nos pequenos cursos d'água, açudes e rios aparece também como fundamental à reprodução social dessas famílias, tanto em termos da dieta alimentar quanto da extração de materiais, como o junco e outras plantas, para o fabrico de esteiras e de outros utensílios.

Das *chapadas* extraem frutos típicos do cerrado, de grande valor comercial, como o *pequi* (*Caryocar brasiliense* Cambess) e o *bacuri* (*Platonia insignis* Mart.), sendo a primeira uma espécie protegida pela legislação, e outro sem número de plantas com as quais humanos e animais se alimentam. Dessas áreas também extraem madeiras, frutos, folhas, palhas e cascas de troncos de árvores, materiais com os quais produzem medicamentos caseiros – alguns deles já valorizados não apenas pela medicina popular, como a fava d'anta, processada pela indústria farmacêutica Merck. É dessas áreas que retiram, também, materiais para fabrico de peças de artesanato ou com os quais constroem, ainda, suas próprias casas e utensílios domésticos.



A seguir, passa-se a apresentar e a comentar o depoimento de uma das informantes, residente no povoado Coceira, município de Santa Quitéria, onde as famílias têm procurado resistir ao avanço da Suzano Celulose e dos chamados *gaúchos*.

Dona Maria Lopes de Souza, também conhecida como Dona Maria Senhora, 83 anos, assim como outros entrevistados, faz um relato da história do lugar e aponta problemas que seus moradores têm enfrentado a partir da chegada de empresas como a Marflora, a Suzano e também dos chamados *gaúchos*.

Dona Maria Senhora, igualmente como outros entrevistados nos demais povoados, se percebe como uma das legítimas herdeiras das terras, uma vez que, a seu ver, estas pertenciam a seus antepassados, como afirmou reiteradamente durante toda a entrevista:

MS - Acho que a herdeira sou eu, porque sou a primeira neta. (...) Isto aqui era de Pedro Lopes de Amorim, que era meu avô (...) Quando meu avô se entendeu no mundo os pais dele já moravam aqui e eu já tenho 83... o bisavô já era dono da terra, minha bisavó era Maria Pinheiro, mãe da minha avó. Nesse tempo as casinha era tudo de palha, essa não conheci ...[a bisavó]

Tais referências apontam para a ancianidade da ocupação por essas famílias, ou seja, a uma presença que remonta a aproximadamente 150 anos, se adotarmos um período de vinte anos entre uma geração e outra.

Seu relato deixa entrever as formas usuais, na época da ocupação e nas décadas que se seguiram, de domínio sobre essas porções de terra com seus recursos naturais, assim como de sua transmissão para as gerações que se sucediam:

P – Quem a senhora acha que vendeu a terra para essa gente das empresas?

MS - De nós não foi, deste povoado não foi. Não sei nem quem vendeu. Acho que daqui não eram... o dono velho era Verissimo Borges de Almeida, dono desse terreno até la em cima, hoje só ta os filhos, netos, bisnetos, o velho morreu em 93. Ele que tem o documento...(...) Bibi é neta do velho que era irmão do minha vó, finado Bernardo Honorato, minha avó Viluca, que era mulher do Pedro Lopes... e o Bernardo era irmão dela por parte de pai e mãe... dono daquela terra bem aí onde moram esses Leitão... La onde a Bibi mora era de um homem chamado Augusto, mas foi embora e ele vendeu pro velho Leitão. Do Leitão pra cá era do Bernardo Honorato.

Esses relatos, com a multiplicidade de nomes, sobrenomes e vínculos de parentesco, levam a perceber que os ancestrais das famílias encontradas hoje no povoado tinham o domínio sobre distintas porções de terra, cujos limites eram bem estabelecidos e conhecidos de todos, muito embora não existissem, necessariamente, instrumentos jurídicos formais de reconhecimento da propriedade da terra. Tais porções de terra, muitas vezes, eram repassadas a outros, por integrantes dos próprios grupos familiares, fosse por meio de titulação formal ou não. Sendo assim, a transmissão da terra se dava, muitas vezes, entre parentes e/ou vizinhos, e o controle sobre as áreas de moradia e trabalho que, agrupadas, constituíam o que freqüentemente se denomina *povoado*, permanecia em mãos de integrantes do grupo, como resultado de regras consensualmente acatadas: *este terreno aqui, um tio meu vendeu um pedaço pra Seu Nanê... vendeu pra Binu, ele não quis ficar com a terra e vendeu pro meu tio Nanê. Ficou sempre dentro da família...*

Como se pode perceber, a memória oral é invocada como fundamento dos direitos reivindicados por esses grupos. A recordação precisa da genealogia dos antepassados e dos direitos sobre a terra se configura, nas representações desses trabalhadores, por si só, como prova suficiente dos seus direitos atuais de permanência nesses territórios. As informações sobre o passado, transmitidas por aqueles reconhecidos pelo grupo como detentores da memória coletiva, bastam para fundamentar as expectativas de direito das famílias. A cadeia dominial, apresentada por esses detentores da memória grupal como tão real, tão concreta, com nomes e sobrenomes, com localização espacial precisa dos grupos familiares, reafirma aos olhos de todos os integrantes do grupo aquelas expectativas.

Depois da morte desses antepassados, ainda segundo a narrativa da entrevistada, e como se registra, de modo geral, em todos os municípios pesquisados, não foi realizado nenhum inventário, pois só o reconhecimento grupal garantia a todos os direitos de cultivo e a permanência na localidade:

P - Essa herança ... nunca foi feito inventário?

MS - O documento é um só não teve formal de partilha não, tudo era do meu avô, esse terrenão aqui tem o documento no nome Pedro Lopes de Amorim... aí tá o nome do colégio [refere-se ao colégio que leva o nome de seu avô]

Ficaram morando como dono, ninguém se preocupava ... os bichinho [refere-se aos primeiros ocupantes] chegaram aqui pegaram trabalhar neste lugar, criaram família depois de chegar a criar família deles, os outros casaram, que somos nós...

chegaram a produzir filhos... não tinha quem mexesse com eles... aí fiquemos aqui (...) A casa da mamãe era mais embaixo, me casei vim pra aqui, minha gente me botaram pra aqui, meus parente aí : avô pai, mãe...

Percebem-se igualmente, analisando-se as narrativas, aqui exemplificadas pela de Dona Maria Senhora, as estratégias de distribuição das terras entre os parentes, a cada nova unidade doméstica que se formava. Sendo assim, o grupo garantia sua própria reprodução, por meio de regras consensualmente acatadas, permitindo que os novos casais também tivessem direito à terra, ainda que, formalmente, todos tivessem passado à condição de posseiros. Tal distribuição não levava em conta os conceitos jurídicos de posse e propriedade, tal como formalmente estabelecidos, baseando-se essa estratégia nos vínculos de parentesco.

Ressalte-se que os casamentos eram endogâmicos, prioritariamente, sendo raros os casos daqueles que buscavam seus cônjuges fora do próprio grupo familiar, como aponta a entrevistada e como pode ser percebido pela prevalência de alguns sobrenomes:

MS - Só quem não casou com parente foi eu (...) tio Nanê é casado com minha tia, o pai dele era Torquato, a mãe dele era cearense velha, ela casou com esse Torquato e depois casaram tudo com gente daqui... eu tenho duas irmãs casadas com os irmãos de meu marido (...) Casaram tudo nessa família dos Lopes... é Lopes e Amorim que nem presta....

Com a chegada das empresas, iniciada pela Marflora – braço florestal da siderúrgica Margusa – as famílias que descendiam desses primeiros ocupantes passaram a se defrontar com aqueles que se dizem atualmente *proprietários*, e com toda uma transformação da paisagem.

As expressões *frente e fundo de terra*, *sobra de terra*, representam categorias nativas fundamentais para a classificação do espaço tal como pensado e vivido por esses grupos. Como em outras regiões do Brasil, tais estoques de terras e de distintos recursos naturais, denominadas muitas vezes de *terras soltas* (Almeida & Esterci, 1974), *fundos de pasto* (Almeida, 2006), *faxinais* (Almeida e Souza, 2006), foram classificados, apropriados e manejados a partir do entendimento de que constituíam recursos abertos, não passíveis de apropriação individual, integrando o patrimônio coletivo desses grupos<sup>10</sup>. Para manejá-los, em cada situação, desenvolveram sistemas de regras,

consensualmente acatadas, de modo que permaneceram abertos ao usufruto comum, não sendo reivindicados nem mesmo pelos grandes proprietários de gado, como é o caso do Sul e do Leste Maranhense. Não integravam o patrimônio dos latifundiários tradicionais, não tendo sido incorporados ao perímetro das fazendas, mesmo quando se procederam às demarcações judiciais por volta de 1950. Ficaram sem demarcar, portanto, dentro das chamadas *datas*, como foram chamadas extensas porções de terra, decorrentes de ações judiciais e que englobavam as grandes e as pequenas propriedades na região. Os chamados *fundos de terra*, geralmente constituídos de *chapadas*, foram historicamente apropriados, tanto por grandes proprietários quanto, indistintamente, pelos integrantes desses grupos para a caça, o extrativismo, a criação de animais

Neste caso, no povoado Coceira, no município de Santa Quitéria, enquanto a chamada *frente* já foi desmatada, o que entendem como *fundo de terra* foi resguardado por meio da resistência do grupo, conforme explica Dona Maria Senhora

MS - Agora aqui bem nessa *frente* que nós mora, desmataram mas acho que não plantaram eucalipto não... não plantaram eucalipto... agora esse Gilmar [um dos chamados gaúchos] diz que comprou e diz que ta plantando...(..) O fundo não foi desmatado não, porque a comunidade não deixou entrar... inclusive por uma associação que são sócio... tem uns 40 uns 60 sócios... a associação e a comunidade ta tudo junto.

Nos lugares onde não houve resistência das famílias o eucalipto avançou bastante, deixando muitos povoados totalmente sem terras agricultáveis, principalmente *baixões*, já que uma parte desses recursos entrou como área de reserva legal das empresas e dos chamados gaúchos. Esse processo vem tornando impossível a pequena criação de animais soltos nas *chapadas* e atingindo duramente os recursos hídricos, dos quais esses grupos dependem para se reproduzir material e socialmente:

MS - Eucalipto já foi até Mundé [povoado]... aquela estradona vai descer lá no Mato Aberto ...[povoado]... já foi pra lá cima, já ta lá pra Barra da Onça [povoado], lá no Mato Aberto... isso pra aí tudo é campo minha senhora... (...) O eucalipto passa na beira da estrada... descendo aqui nos Mundé, aqui nos Baixão, Taboca, tem outro lugar que não sei nem o nome, Baixão da bomba (?), do Macatrão [uma das famílias de latifundiários tradicionais da região e que vendeu parte das terras às empresas], ta bem na beirinha das casas, na beira do lago senhora... la o barro é nutrido, a terra é

boa... tão tomando conta de tudo senhora... dentro da lagoa ta só o matão... antes só tinha o junco, os aguapé e as águas, a água era limpa....(...) na beira do lago senhora... ta tomando de conta de tudo senhora, agora no verão secou quase tudo... ta só o matão dentro da lagoa...

A descrição da entrevistada se aplica a toda a região de Santa Quitéria e Urbano Santos e de outros municípios no chamado Baixo Parnaíba, como Anapurus e Mata Roma. A expansão da soja e do eucalipto, substituindo a mata original é flagrante. No caso do segundo, sua proximidade das casas e dos cursos d'água chama muito a atenção e tem sido possível observar e fotografar, no âmbito da pesquisa, leitos de rios que mais parecem estradas, de tão secos; antigas e fundas lagoas, olhos d'água, córregos, que já não existem. Neste sentido, tem sido possível registrar o desaparecimento de recursos hídricos importantes, que alimentavam rios caudalosos, como o Preguiças e o Preto.

Áreas onde os solos são avaliados por esses grupos como próprios para o cultivo, e aquelas que ofereciam água potável e materiais para o artesanato estão desaparecendo, transformadas pela seca provocada pela extinção da vegetação original das *chapadas*, onde se encontravam centenas de olhos e pequenos veios d'água.

No âmbito das classificações nativas, os rios são constituídos pelo que denominam de *pernas* e *braços*, ou seja, afluentes de que se nutrem, chegando a se transformar em cursos d'água caudalosos, como é o caso do Preguiças, que banha o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ou do Rio Preto, que atravessa municípios como São Benedito do Rio Preto e outros. As *chapadas* das regiões onde vivem e cultivam esses grupos são os locais das nascentes desses grandes rios, as chamadas *cabeceiras* que, juntamente com os chamados *braços* e *pernas*, originam grandes cursos d'água, registrando-se hoje o risco do seu desaparecimento.

Sobretudo as *chapadas*, onde praticavam a criação de animais, estão sendo totalmente tomadas pela soja e o eucalipto, o que ressalta a gravidade da situação vivida por essas famílias, atingidas em sua segurança alimentar. Os chamados *gaúchos*, sobretudo, matam os animais que penetram em seus plantios de grãos, realizados sem cercas, e impedem, assim, a criação extensiva, tal como tradicionalmente praticada pelas famílias. Sendo assim, Dona Maria Senhora, e muitos outros, se perguntam como será o futuro: (...) *onde vai ter o leitão pra comer a carne? a roça onde que faz?, o gado? daqui a pouco nem galinha pode criar... é triste demais, dá choro...*

O assoreamento de lagoas também impede o acesso aos alimentos propiciados pela apropriação e manejo desses recursos hídricos. Destaca-se, neste sentido, uma atividade, dentre aquelas predominantemente femininas, garantidoras do alimento cotidiano – a pesca nas lagoas e nos pequenos braços de rios. Sendo que a oferta de produtos alimentares, nesse tipo de economia, obedece a ciclos específicos, tais atividades femininas assumem uma importância crucial para a segurança alimentar desses grupos, sobretudo das crianças.

MS - As mulherzinha pescava pra criar os filhinhos...( ...) Eu andava no cofo pescando e ... toda mulher pescava ... Nós pegava peixinho pra dar de comer aos meninozinhos (...) bem ali tem a fonte onde nós se banha, pescava de landruá [instrumento de pesca], de tarrafa [rede de pesca], de linha, pra dar aos filhinhos, todas as mulheres pescava... agora vão pescar abeirando, quando encher, agora lá dentro da lagoa ta só os mato...

Dentre os principais problemas hoje enfrentados por essas famílias, a entrevistada aponta a devastação das áreas classificadas como *chapadas*, onde criavam os animais e se supriam de frutos comestíveis e de onde extraíam madeiras e medicamentos.

MS - Remédio [refere-se aos recursos extraídos da *chapada*] tirava rapa de pau, leite de janaguba... quando a mulher ta doente, às vezes a mulher adoece, toma aquele purgante, fica boa... a fé cura a gente [risos] (...) Tem açoita cavalo, mangaba braba, é muita coisa... nem sei, o homem daqui sabe [o marido] (...) Tinha acuã, jacu, nambu [pássaros], nunca mais ninguém viu nem uma beija flor... acho que elas nem fazem ninho lá...[nos pés de eucalipto] Tem maçaranduba, murici, mangava, tudo é comida pra porco... (...) Era tudo chapada, só a pura, agora tem mais é só campo [de eucalipto ou de soja]

Entre os membros desses grupos, que se percebem como legítimos ocupantes do lugar, e os de fora – os chamados *gaúchos* e as empresas –, passam a se estabelecer sérios conflitos, levando a entrever o grau de tensão social verificado em toda a região, ocupada há séculos por essas famílias camponesas e para onde se expande a ação desses outros agentes sociais interessados na terra.

MS - Aqui tudo é de uma família só – de um pau só... não pode sair daqui não, só quando for embora ali pro outro lado, pro cemitério... enquanto não... entregar de gosto, não!... entregar pra quem não é daqui? por que não fica lá mesmo pra terra deles?

Os depoimentos indicam um agravamento das tensões sociais na região opondo tais famílias e aqueles que são identificados por elas como uma espécie de invasores.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se uma homogeneidade ecológico-ambiental na extensa região de cerrado nos estados do Maranhão e Piauí, no Nordeste do Brasil, com toda a diversidade de recursos naturais de distintos ecossistemas que integram esse bioma. Observa-se, igualmente, a unidade sociológica do campesinato que se consolidou historicamente nessa região, como resultado da presença indígena, de pardos e pretos, engrossada nos séculos XIX e início do XX, por migrantes de outros estados do Nordeste, como Ceará e do Piauí. Esses segmentos constituíram um modo de vida camponês e sistemas de conhecimento totalmente adaptados às condições locais (PLOEG, 2000, pp.59-383).

Por outro lado, o que era tratado como homogêneo e integrando um só território, para fins de administração colonial e imperial, passa a conhecer outra homogeneidade em anos recentes – a dos cultivos da soja e do eucalipto. Na situação anterior a homogeneidade era dada pela diversidade de recursos da cobertura florestal nativa, com sua exuberante diversidade de espécies animais, vegetais e recursos hídricos. Por outro lado, se outro tipo de unidade se impõe, agora, por meio da homogeneidade dos plantios de espécies exóticas, politicamente as áreas são tidas como independentes, de modo que o licenciamento ambiental se fará de modo fracionado, evitando o Estado Brasileiro, por meio de seus aparatos, como secretarias de meio ambiente, reconhecer a sinergia entre todos esses grandes empreendimentos do lado maranhense ou do lado do Piauí e, agora, também do Tocantins. O próprio fato de os empreendimentos submeterem seus estudos e relatórios de impacto ambiental aos órgãos estaduais de meio ambiente, e não aos federais, indica de que modo o Estado Brasileiro está tratando essa questão, ao negar, nos próprios procedimentos de licenciamento, o caráter regional dos impactos, e ao compartimentar a ação de fiscalização.

De parte das famílias camponesas, sua economia se ancora na classificação dos recursos naturais tais como se apresentam em distintos ecossistemas integrantes do bioma

cerrado, exibindo uma uniformidade sociológica em toda a região. Categorias espaciais como *frentes e fundos de terra, sobras de terra, terras soltas*, se apóiam em representações do meio natural como disponível ao usufruto comum.

O entendimento dessas áreas de usufruto comum como abertas e sem cercas leva as famílias a protegerem seus roçados, o que também vem a ser subvertido por esses agentes externos interessados na terra, que passam a plantar grandes áreas sem cercamento e a matar os animais que, porventura, aí penetrem. Dá-se, então, um intenso conflito entre princípios que orientam distintas lógicas econômicas – a das famílias camponesas e a do agronegócio, caracterizando a grande região do Leste Maranhense e de parte do Piauí como um foco de intensos conflitos fundiários e socioambientais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce

1995 “Anthropologie appliquée ou anthropologia impliquée? - ethnographie, minorités et développement”. In BARÉ, Jean-François (org), *Les applications de l’anthropologie – um essai de réflexion collective depuis la France*. Paris, Karthala.

ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, S.M.; RIBEIRO, J.F.

1998. *Cerrado: espécies vegetais úteis*. Planaltina, EMPRAPA-CEPAC.

ALMEIDA, Alfredo W.

2006 *Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto – terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus, PPGSCA/FORD.

ALMEIDA, Alfredo W. e ESTERCI, Neide

1976, “Terras Soltas e o Avanço da Cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no serão cearense”. Texto inédito.

ANDRADE, Manoel Correia de.

1973 *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

BURAWOY, Michel

2008 “Por uma sociologia pública”. In BRAGA Ruy e Michael Burawoy (orgs), *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda Editorial, pp. 15-67

ESCOBAR, Arturo



2000 “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar – globalización o posdesarrollo”. In VIOLA, Andreu (comp.). *Antropología del Desarrollo – teoría y estudios etnográficos em América Latina*. Barcelona: Paidós, p. 169-216.

GASPAR, Rafael

2009 *O Eldorado dos gaúchos – deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. Dissertação, PPGCS/UFMA, 170 pág.

WOLF, Eric

1984. *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo, Global Editora.

MARTINS, José de S.

1986 *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, Hucitec.

MORAES, Maria Dione C. de

2009 “Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense”. In GODÓI, Emília P., Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin (orgs.), *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. São Paulo, Editora da UNESP.

MOURA, Margarida Maria

1988. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Margarida Maria

1978. *Os herdeiros da terra*. São Paulo, Hucitec.

MOURA, Margarida Maria

1984. “Invasão, expulsão e sucessão – notas sobre três processos sociais no campo”. *Anuário Antropológico*, 82. Fortaleza.

PAULA ANDRADE, M. de

1995. “A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense”. In: Francisco Gonçalves da Conceição (org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa*. São Luís, CPT, pp. 16-65.

PAULA ANDRADE, Maristela de

2008 *Os gaúchos descobrem o Brasil – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís, EDUFMA.

PLOEG, Jan Dowe van der

2000 “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: El caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. In: Viola”, In VIOLA, Andreu (comp.), *Antropología del Desarrollo – teoría y estudios etnográficos em América Latina*. Barcelona, Paidós, pp.359-383.

SHIRAISHI NETO, Joaquim

1995 “Grilagem de terra no Leste Maranhense”. In CONCEIÇÃO, Francisco G. (org.), *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa*. São Luís: CPT, pp. 68-77.

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa se intitula *Campesinato e Crise Ecológica – impactos da produção sojícola para segmentos camponeses do Leste Maranhense* e conta com o apoio financeiro da FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, por meio de bolsa de produtividade para a coordenadora.

<sup>2</sup> Participam da pesquisa os alunos dos Cursos de Ciências Sociais e de Geografia da Universidade Federal do Maranhão: Aline Maciel de Carvalho, Juscinaldo Almeida, Renan Gomes Oliveira, Diana Patrícia Mendes, Annagesse de Carvalho Feitosa, Anna Thays Lobão Brasil, Dannel Madson Vieira, Adielson Correia Botelho, Erinaldo Nunes da Silva.

<sup>3</sup> A denominação genérica *gaúcho* é utilizada por camponeses da região para identificar todos os agentes sociais interessados na terra e que se instalaram no Maranhão, sejam originários ou não do Rio Grande do Sul, podendo ser paulistas, mineiros, catarinenses, paranaenses ou de outro estado do Sul ou do Sudeste do país. A este respeito ver PAULA ANDRADE, 2008 e GASPAR, 2009.

<sup>4</sup> Informações extraídas do EIA RIMA elaborado pela STCP Engenharia de Projetos, 2005.

<sup>5</sup> A este respeito, para o caso do Ceará, ver ALMEIDA, Alfredo Wagner e Neide Esterci “Terras Soltas e o avanço da cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense”, inédito, 1974

<sup>6</sup> Grossas correntes, de várias toneladas, amarradas a tratores de esteira e que vão arrancando árvores e toda a vegetação presente nas áreas chamadas *chapadas*, de modo a preparar o terreno para o plantio da soja ou do eucalipto. Os trabalhadores são bastante enfáticos ao relatar esses momentos, apontando a destruição da flora e da fauna produzida pelas máquinas.

<sup>7</sup> Em séculos passados a região integrou o Estado Colonial do Maranhão, transformado depois no Estado do Maranhão e Grão Pará. Em 1774 o Estado do Maranhão e Grão Pará dividiu-se em duas porções: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, já que o Piauí separou-se do Maranhão apenas no início do século XIX (MARQUES 1970: 439).

<sup>8</sup> Os depoimentos apresentados aqui são de Dona Maria Senhora, de 83 anos, do povoado Coceira, município de Santa Quitéria.

<sup>9</sup> Sobre a articulação entre áreas classificadas pelos trabalhadores como *baixões* e *chapadas*, ver também MORAES, 2009. Ainda sobre esses sistemas nativos de classificação dos recursos naturais em áreas de cerrado ver PAULA ANDRADE, 2008.

---

<sup>10</sup> Outros estudiosos registram a existência de formas de “apropriação comunal” dos recursos naturais em várias partes do Brasil. É o caso de Moura (1988, 1978, 1984), quando analisa o Sul e o sertão de Minas Gerais.